

O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS DE 2006 A 2017

Marlúcia Lima de Sousa Meneses

Universidade Federal do Piauí

marluciaedf@gmail.com

RESUMO: O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), popularmente conhecido como merenda escolar, tem atendido aos estudantes de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e Educação de Jovens e Adultos), matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), promovendo ações de educação alimentar e nutricional. O governo federal repassa a Estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em dez parcelas mensais (de fevereiro a novembro), fazendo a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. O PNAE é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio de Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público (MP). Uma vez que envolve vários atores sociais, é considerado o maior programa do governo, e diante de sua relevância social, tem sido objeto de estudo em diversas de áreas do conhecimento, em Programas de Pós-Graduação. Nessa perspectiva, o presente estudo tem como objetivo identificar os principais temas relacionados ao PNAE em produções científicas de Programas de Pós-Graduação, no período de 2006 a 2017. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com aporte documental e bibliográfico, cujo percurso metodológico adotado foi a busca em banco de teses e dissertações da CAPES. A fim de que atendessem aos interesses do estudo, foram selecionados os trabalhos e a análise de seus resumos, identificando a abordagem por eles enfatizada. Os resultados indicaram uma grande quantidade de trabalhos relacionando PNAE à agricultura familiar, sendo poucos os que abordam a gestão, o financiamento e o controle social. Dessa forma, concluiu-se que o PNAE tem muitos aspectos que devem ser pesquisados, dada a sua importância em vários setores.

Palavras-chave: PNAE, Alimentação escolar, Produções científicas.

ABSTRACT: The National School Feeding Program (PNAE), popularly known as school lunch, has served students in all basic education (elementary education, elementary education, high school and youth and adult education) enrolled in public, philanthropic and community entities (in agreement with the public power), promoting the actions of food and nutritional education. The federal government transfers to federal states, municipalities and schools additional financial amounts made in 10 monthly installments (from February to November) covering 200 school days, according to the number of students enrolled in each school network. The PNAE is monitored and supervised directly by society, through the School Feeding Councils (CAE), and also by the FNDE, the

(83) 3322.3222

marlucia@joinbr.com.br

www.joinbr.com.br

Federal Audit Court (TCU), the Federal Comptroller's Office (CGU) and the Public Prosecutor's Office. Involving several social actors, considered as the largest program of the government, in view of its social relevance has been object of study in several areas of knowledge of Graduate Programs. The present study aims to identify the main topics related to PNAE in the scientific productions of the Graduate Programs from 2006 to 2017. This is a descriptive research, with documentary and bibliographic contribution. As a methodological course, the search of the thesis and dissertations database of CAPES, which met the interests of this research, selected papers and analysis of the abstracts, identifying the approach emphasized in the papers. The results pointed out a great deal of work relating PNAE to family farming, although there are still few that deal with management, financing and social control. In this way, it is concluded that the PNAE has many aspects that must be researched for having importance in several sectors.

Keywords: PNAE, School feeding, Scientific productions.

RESUMEN: El Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) popularmente conocido como merienda escolar, ha atendido a los estudiantes de toda la educación básica (educación infantil, enseñanza primaria, educación media y educación de jóvenes y adultos) matriculados en escuelas públicas, filantrópicas y en entidades comunitarias (convenidas con el poder público), promoviendo y acciones de educación alimentaria y nutricional. El gobierno federal repasa, a estados, municipios y escuelas federales, valores financieros de carácter suplementario efectuados en 10 parcelas mensuales (de febrero a noviembre) haciendo la cobertura de 200 días lectivos, conforme el número de matriculados en cada red de enseñanza. El PNAE es acompañado y fiscalizado directamente por la sociedad, por medio de los Consejos de Alimentación Escolar (CAE), y también por el FNDE, el Tribunal de Cuentas de la Unión (TCU), la Contraloría General de la Unión (CGU) y el Ministerio Público. La participación de varios actores sociales, considerada como el mayor programa del gobierno, ante su relevancia social ha sido objeto de estudio en diversas áreas del conocimiento de Programas de Postgrado. El presente estudio tiene como objetivo Identificar los principales temas relacionados con el PNAE en las producciones científicas de los Programas de Posgrado en el período de 2006 a 2017. Esta es una investigación descriptiva, con aporte documental y bibliográfico. La búsqueda en el banco de tesis y disertaciones de la CAPES, que atendía a los intereses de esta investigación, se seleccionaron los trabajos y el análisis de los resúmenes, identificando el enfoque enfatizado en los trabajos. Los resultados apuntaron una gran cantidad de trabajos relacionando a PNAE a la agricultura familiar, todavía son pocos los que abordan la gestión, financiamiento y control social. De esta forma, se concluye que el PNAE tiene muchos aspectos que deben ser investigados por tener una importancia en varios sectores.

Palabras-clave: PNAE, Alimentación escolar, Producciones científicas.

INTRODUÇÃO

A política de alimentação escolar foi criada com o intuito de colaborar com o crescimento, o desenvolvimento e a aprendizagem dos educandos, promovendo melhor rendimento escolar e oportunizando uma alimentação saudável, por meio da oferta de alimentação escolar. Contudo, a instituição de um Programa Nacional da Alimentação Escolar foi marcada pela falta de recursos, o que dificultou sua implantação no início da década de 1940, quando o então Instituto de Nutrição defendia a proposta de o Governo Federal oferecer alimentação escolar. Nos anos 1950, foi elaborado um abrangente Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil (BRASIL, 2008).

Do plano original, apenas o Programa de Alimentação Escolar (PAE) sobreviveu, contando com o financiamento do Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), atualmente Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que permitiu a distribuição do excedente de leite em pó, destinado, inicialmente, à campanha de nutrição materno-infantil. Por conseguinte, foi assinado, em março de 1955, o Decreto nº 37.106, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar, subordinada ao Ministério da Educação, ocasião em que foram celebrados convênios diretamente com organismos internacionais. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi adotado nas escolas públicas brasileira com a intenção de combater as desigualdades sociais, facultando ao alunado uma alternativa nutricional em seu ambiente escolar e oportunizando o desenvolvimento da agricultura familiar.

O PNAE tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, quando define que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, Estados e municípios) com a educação será efetivado mediante a garantia de “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” (inciso IV), e “atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (inciso VII) (BRASIL, 2015).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), por sua vez, reforça a preocupação com o atendimento a estudantes,

igualmente no aspecto da alimentação: “VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Logo, concebe-se que há certa preocupação no sentido de garantir condições adequadas ao desenvolvimento do programa. Nessa lógica, o PNAE tem atendido a estudantes de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e Educação de Jovens e Adultos), matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), combinando ações de educação alimentar e nutricional. (BRASIL, 2009)

O governo federal repassa a Estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar, efetuados em dez parcelas mensais (de fevereiro a novembro), suscitando a cobertura de 200 dias letivos, em conformidade com o número de matriculados em cada rede de ensino. O PNAE é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos CAE, pelo FNDE, pelo TCU, pela CGU e pelo MP. Tendo em vista que envolve vários atores sociais, é reputado como o maior programa do governo, daí porque tem sido objeto de estudo em diversas áreas do conhecimento, em Programas de Pós-Graduação (BRASIL, 2015).

Nesse contexto, o presente trabalho pretende identificar os principais temas relacionados ao PNAE, em produções científicas de Programas de Pós-Graduação, no período de 2006 a 2017, uma vez que ele não é contemplado apenas como um programa na escola, mas como política social que deve ser debatida e refletida, a partir de conhecimentos gerados pelas pesquisas realizadas sobre a temática em tela.

METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa do tipo documental, qualitativa, quantitativa, exploratório-descritiva retrospectiva. A pesquisa exploratória propicia maior familiaridade com o assunto, tornando-o o mais explícito possível (GIL, 2002). A coleta dos dados ocorreu por meio de busca no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Ademais, pode-se definir essa pesquisa como exploratória, pois em consonância com Gil (1991), esse tipo de estudo tem como escopo proporcionar maior familiaridade com o

problema, com vistas a torná-lo mais claro ou a construir hipóteses. À vista disso, ainda engendra a possibilidade de mudanças, ou seja, é flexível, mesmo com um planejamento pronto.

A abordagem ora proposta contempla aspectos qualitativos e quantitativos do fenômeno investigado, visando a criar condições para o entendimento do objeto de estudo. Para Minayo (1994), a pesquisa qualitativa dedica-se a investigar significados, motivos, valores e atitudes, impregnados de subjetividade, enquanto a pesquisa quantitativa explora o lado estatístico e visível.

Apesar da aparente oposição entre elas, na realidade, complementam-se. Trivinos (1995, p.117-118) também contesta a suposta dicotomia entre quantitativo e qualitativo, valorizando a utilização das duas abordagens.

Segundo Cellard (2012), a análise do documental dedica-se a documentos que não foram interpretados, a exemplo de leis, relatórios e resoluções, entre outros. Nesse sentido, selecionou-se o material e procedeu-se a leitura dos resumos, visando a identificar o tema abordado em cada um, pois somente o título, em alguns casos, não informa com clareza o enfoque temático.

Calado (2012) ratifica que a análise de documentos pode se enquadrar em investigações de natureza positivista ou crítica, sendo que a diferença estará nos procedimentos de análise. Ademais, o autor afirma que os documentos podem ser complementares ou centrais na investigação, conforme a opção do pesquisador.

No caso dessa pesquisa, a análise documental será imprescindível. A coleta dos dados ocorreu por meio de busca no banco de teses e dissertações da CAPES. As palavras-chave estabelecidas para a pesquisa foram PNAE e merenda escolar. Em um primeiro momento, a identificação seria realizada por meio do título, o que não foi possível, resultando na leitura de cada resumo para identificar o tema principal dos trabalhos selecionados.

Em seguida, foi efetivada a classificação dos trabalhos, contemplando três tópicos, a saber:

- a) produção de teses e dissertações sobre o PNAE – 2006-2017;
- b) produções científicas por grande área do conhecimento;
- c) produções científicas sobre o PNAE anual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encontrados 277 trabalhos, sendo excluídos 20 que embora tivessem a sigla do programa, referiam-se a outro tema, relacionados a pesquisa espaciais. Na Tabela 1, são apresentados os temas e a quantidade de trabalhos encontrados que tratam de algum aspecto do PNAE.

Tabela 1 - Produção de teses e dissertações sobre o PNAE – 2006-2017

TEMA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Agricultura familiar	95	37%
Segurança alimentar	46	18%
Gestão do programa	39	15%
Hábitos alimentares	32	12%
Avaliação do PNAE	28	11%
Controle social	10	4%
Financiamento	07	3%
TOTAL	257	100%

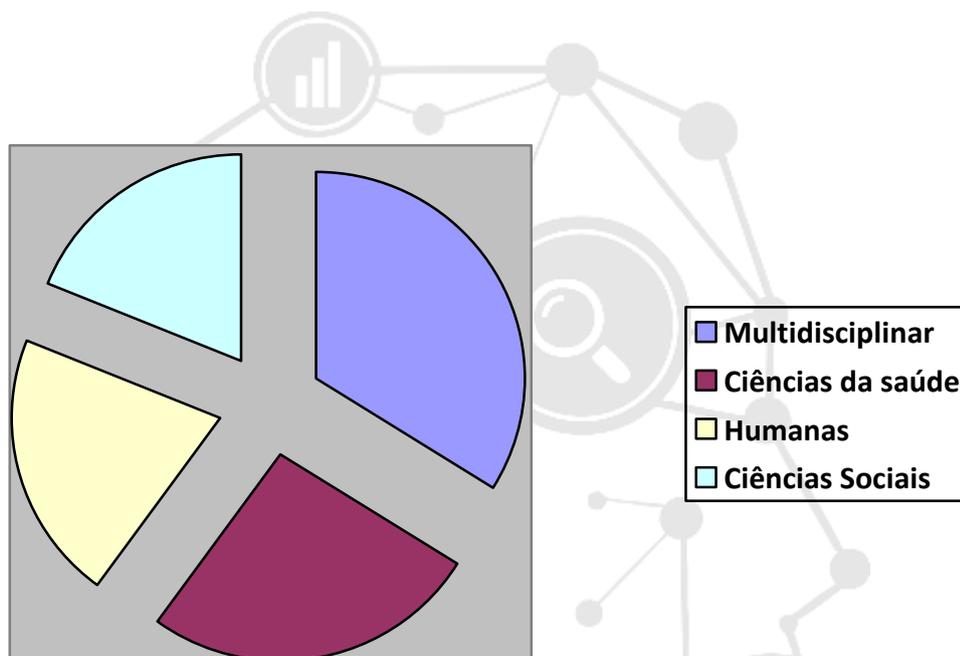
Fonte: Elaboração da própria autora

Em consonância com a investigação em tela, a maior parte dos trabalhos sobre o PNAE trata de sua relação com a agricultura familiar (37%), seguida de segurança alimentar (18%), gestão do programa (15%) e hábitos alimentares (12%). Os aspectos menos estudados nos trabalhos sistematizados foram financiamento, controle social e avaliação, com 3%, 4% e 11%, respectivamente, denotando a necessidade de mais estudos com esses recortes.

Outrossim, foram encontradas duas dissertações sobre o tema no Piauí: A merenda escolar e seu potencial em face da segurança alimentar em Guaribas-PI, defendida na Universidade Federal do Ceará (NEGREIROS, 2009), e O trabalho do Conselho de Alimentação Escolar no Piauí: controle social, desenvolvimento e meio ambiente (TEIXEIRA, 2015), defendida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - em Rede, Universidade Federal do Piauí, referências que serão importantes para esse trabalho.

Em relação à área do conhecimento, percebeu-se uma grande abrangência, conforme demonstrado no Gráfico1:

Gráfico 1 - Produções científicas por grande área do conhecimento



Fonte: Elaboração da própria autora

Portanto, pelo gráfico, nota-se que as áreas que têm aprofundado de forma significativa a pesquisa sobre o PNAE são: a multidisciplinar (34%), as ciências sociais aplicadas (19%), as ciências humanas (21%) e as ciências da saúde (26%), consolidando o interesse dos pesquisadores em relação ao programa.

Destarte, constata-se o aumento de produções realizadas no período de execução dessa pesquisa, conforme certificado na Tabela 2, a seguir:

Tabela 2 - Produções científicas sobre o PNAE anual

2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
05	08	05	11	04	19	19	33	42	58	54	07

Fonte: elaborado pela autora (2017).

O crescente aumento no interesse pelo PNAE foi apurado no ano de 2016, entre dissertações e teses, passando de trinta e três para cinquenta e oito estudos. Aliás, houve oscilações entre os anos de 2006 a 2010. Peixinho (2003), ao estudar a implantação do programa, salientou que o crescimento ocorre devido às reformulações pelas quais o PNAE, destacando as modificações na prestação de contas e o controle social.

CONCLUSÕES

O objetivo desse estudo foi identificar os principais temas relacionados com o PNAE nas produções científicas dos Programas de Pós-Graduação, no período de 2006 a 2017, disponibilizados no banco de teses e dissertações da CAPES

Nos trabalhos sistematizados, foram verificadas diversas abordagens do objeto em questão, com abrangência em diversas áreas do conhecimento, como ciências, educação, saúde economia, sociologia, políticas públicas, em vários Programas de Pós-Graduação no Brasil.

Porém, a agricultura familiar tem sido a temática mais enfatizada, relacionada ao PNAE, por ser vista como uma política social no enfrentamento a desigualdades sociais, despertando o interesse de pesquisadores que se debruçam sobre temática. Por outro lado, percebe-se uma carência de trabalhos que tratem de aspectos como gestão, financiamento e controle social do PNAE.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Alimentação Escolar**. Brasília, DF. fev. 2006. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/limentacao_escolar/htm>. Acesso em: 5 set. 2015.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Plano Estratégico 2013-2017**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/>>. Acesso em: 19 mai. 2017.

_____. **Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 jun. 2009b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2009/Lei/L11947.htm>. Acesso em: 12 jun. 2014.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. 292p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 12 fev. 2015.

_____. **Lei nº 8.913**, de 12 de julho de 1994. (Vide Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001) Revogado pela Medida Provisória nº 455, de 2009 (Revogado pela Lei nº 11.947, de 2009). Texto para impressão. Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar.

_____. **Resolução nº 26**, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000026&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sgl_orgao=FNDE/MEC>. Acesso em: 20 nov. 2015.

_____. **Cartilha Nacional da Alimentação Escolar 2015**. Disponível em:

<file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/pnae_cartilha_2015%20(3).pdf>. Acesso em: 21 jul. 2017.

_____. **Emenda Constitucional** Nº 26, DE 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc26.htm. Acesso em :20 de abr.2017.

CALADO, Sílvia dos Santos; FERREIRA, Sílvia Cristina dos Reis. **Análise de documentos:** método de recolha e análise de dados. 13f. Metodologia da Investigação I – 2004/2205. DEFCUL. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf>>. Acesso em: 1 mai. 2017.

CELLARD, André. **A análise documental.** In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu . **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

NEGREIROS, Fauston. **A merenda escolar e seu potencial em face da segurança alimentar em Guaribas-PI.** 2009.143f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Universidade Federal do Ceará, Teresina, 2009.

.PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciências Saúde Colet.**, v. 18, n. 4, p. 909-916, 2013.

TEIXEIRA, Rita de Cássia de Santana. **O trabalho do Conselho de Alimentação Escolar no Piauí: controle social, desenvolvimento e meio ambiente.** 125 f. Dissertação (Mestrado em Meio ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

:

